



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

---

**VILBE PEREIRA DE SOUSA**

**A APRENDIZAGEM SOCIAL NOS CONFLITOS ENTRE OS PODERES  
EXECUTIVO E LEGISLATIVO NO AMAPÁ EM 2000**

Macapá/AP  
2017

**VILBE PEREIRA DE SOUSA**

**A APRENDIZAGEM SOCIAL NOS CONFLITOS ENTRE OS PODERES  
EXECUTIVO E LEGISLATIVO NO AMAPÁ EM 2000**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de graduação  
em Ciências Sociais da Universidade  
Federal do Amapá.

Orientador: MSc. Luciano Magnus de  
Araújo.

Macapá/AP  
2017

## RESUMO

A complexidade do fenômeno político é evidente no conjunto de fatos de diferentes ordens nas dimensões sociais, éticas e morais, mas que ao mesmo tempo se cruzam constantemente. Isso explica porque, no que diz respeito a sua análise, o fenômeno político é objeto de estudo de diferentes disciplinas: as Ciências Políticas (fatos políticos), a Sociologia (fatos sociais), a Filosofia política (fatos morais). Isso mostra também que não há domínio reservado, exclusivo, para a análise do fenômeno político, como alguns poderiam pretender. O que é certo é que, dado o cruzamento dessas dimensões, impõe-se uma interdisciplinaridade. E o discurso, onde se situa? Ele atravessa todas essas dimensões do fenômeno político. Isso parece evidente para as dimensões moral e ética, mas também para as dimensões social e acional. Buscaremos mostrar neste trabalho, como o comportamento social é impactado a partir de fatos e discursos políticos que se juntam à ação no discurso político, e qual as estratégias discursivas que se desenvolvem nesse campo. Contrariamente as ideias que podem circular no imaginário social e opondo-se à realidade construída pelos atores políticos através de seu discurso, partiremos de um conjunto de notícias veiculadas pela mídia amapaense no ano 2000, buscando descortinar a ação do sujeito político no exercício do poder e o desdobramento dessa ação através da aprendizagem social.

**Palavras-chave:** Imaginário. Poderes do Estado. Sociologia.

## ABSTRACT

The complexity of the political phenomenon is evident in the set of facts of different orders in the social, ethical and moral dimensions, but at the same time they constantly cross. This explains why, as far as its analysis is concerned, the political phenomenon is the object of study of different disciplines: Political Sciences (political facts), Sociology (social facts), Political Philosophy (moral facts). This also shows that there is no reserved, exclusive domain for the analysis of the political phenomenon, as some might claim. What is certain is that given the crossing of these dimensions, an interdisciplinarity is required. And the speech, where is it located? It goes through all these dimensions of political phenomena. This seems evident to the moral and ethical dimensions, but also to the social and ational dimensions. We will try to show in this work, how social behavior is impacted from facts and political discourses that join to the action in the political discourse, and what the discursive strategies that develop in this field. Contrary to the ideas that may circulate in the social imaginary and opposing the reality constructed by the political actors through their discourse, we will start from a set of news published by the amapaense media in the year 2000, seeking to uncover the action of the political subject in the exercise of power and the unfolding of this action through social learning.

**Keywords:** Imaginary. Powers of the State. Sociology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1 A NOTÍCIA, A MÍDIA E O IMAGINÁRIO</b> .....	7
1.1 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	11
1.2 A IMAGINAÇÃO SOCIAL.....	13
<b>2. O PODER</b> .....	16
2.1 ASPECTOS DO PODER.....	19
2.2 O SIMBOLISMO DO PODER.....	22
2.3 O CONFLITO ENTRE OS PODERES E A CORRUPÇÃO.....	24
<b>3. AS NOTÍCIAS EM 2000, E A “HARMONIA DOS TRÊS PODERES”</b> .....	30
3.1 A RELAÇÃO DA MÍDIA E O EXECUTIVO/LEGISLATIVO DO AMAPÁ.....	32
3.2 OS ESCÂNDALOS E A RELAÇÃO DA POLÍTICA COM A MÍDIA.....	33
<b>4. O INTERACIONISMO SIMBOLICO E A APRENDIZAGEM SOCIAL</b> .....	37
4.1 A COGNIÇÃO SOCIAL.....	41
4.2 A TEORIA SOCIAL COGNITIVISTA NO PROCESSO DE MUDANÇA SOCIAL.....	44
<b>CONCLUSÃO</b> .....	48
<b>REFERENCIAS</b> .....	49

## INTRODUÇÃO

A ideia de escrever esta monografia provém das intensas mudanças sociais ocorridas na última década no estado do Amapá, e de suas proveniências, como contributo para buscar o esclarecimento das vicissitudes individuais e coletivas, como resposta aos dilemas sociais.

O ponto de partida deste trabalho é um conjunto de notícias compiladas em 2000, trazendo o descortinamento da luta pelo poder, intrínseco no conflito e nas ações dos representantes do executivo e do legislativo amapaense, trazendo a tona discussões sócio-políticas a partir de dois questionamentos; o primeiro sobre a realidade social, se é exterior ao indivíduo ou é produto da consciência individual ou as duas juntas? O segundo é até que ponto as ações do titular do poder sobre as situações que o rodeiam interferem na aprendizagem social e conseqüentemente na realidade social? Estes questionamentos tornaram-se fundamentais para a nossa reflexão, que buscaremos trilhar através de um caráter ontológico e epistemológico. Na procura de resposta a estes questionamentos, aprofundaremos às contribuições proveniente dos estudos das relações de poder, da harmonia de poderes, do poder simbólico, e especialmente das correntes do interacionismo simbólico e aprendizagem social. Com isso, não se pretende contrapor as correntes pormenorizadas à concepção histórica dialética ou positivista, a não ser expor as possibilidades conceituais destas correntes para alcançar uma conformidade paradigmática teórica de uma síntese.

Antes de começar a desenvolver o tema, considero necessário esclarecer alguns pressupostos sobre a gênese e a finalidade desse trabalho, que é dividido em quatro partes. Estes pressupostos fazem referências, em primeiro, o uso da mídia na difusão do discurso e criação do imaginário social a partir de um conflito existente entre o executivo e o legislativo; segundo, sobre o uso do poder nessa relação e os seus principais aspectos simbólicos; terceiro, a relação de poderes frente a “Harmonia dos três poderes”; e na quarta parte, o interacionismo simbólico e a aprendizagem social existente neste contexto, culminando com uma síntese a partir dos paradigmas teóricos apresentados.

## 1 A NOTÍCIA, A MÍDIA E O IMAGINÁRIO

As principais notícias referentes aos desentendimentos entre os poderes Executivo e Legislativo em 2000 dão conta que o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, Deputado Fran Junior teria feito pagamento no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para construção de pista de pouso em sua propriedade particular (Jornal dos Municípios, 18/02/2000, p. A2), acusações feitas pelo governador João Capiberibe declaram que o Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Fran Junior está envolvido com o tráfico de drogas e se utiliza de chantagem para conseguir dinheiro do Governo (Jornal dos Municípios, 14/04/2000, p.A3), o Governador João Capiberibe retém o duodécimo do Legislativo e argumenta que não fará o repasse enquanto não forem apurado as denúncias contra o presidente da Assembleia Legislativa Deputado Fran Junior (Jornal dos Municípios, 14/04/2000, p.A5), o presidente da Assembleia Legislativa deputado Fran Junior através de CPI afirma participação do Governador João Capiberibe no comércio de drogas (Jornal Diário do Amapá 28/04/2000), o governador João Capiberibe é acusado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amapá - TCE de desviar R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) (Jornal Diário do Amapá 29/04/2000), o juiz de direito Constantino Augusto Brahuna pede a cassação do governador João Capiberibe (Jornal dos Municípios, 23/06/2000, p.A1), por decisão da Assembleia Legislativa o governador João Capiberibe é afastado por 180 dias, o que foi ignorado pelo governador, reassumindo o governo ao voltar de Paris (Jornal Diário do Amapá, 20/10/2000, p. 2). Essas acusações eram os desdobramentos do fato gerador do conflito, o repasses constitucionais de recursos ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo. Segundo o pronunciamento do Senador Sebastião Bala Rocha em 13/06/2000 (ROCHA, 2000, s/p).

No campo da corrupção, afirmo que o Governador Capiberibe estabeleceu, a partir do final do ano de 1995, uma relação de transigência, conivência e parcimônia com o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas do Estado - TCE, que envolve repasses irregulares e injustificáveis de recursos, além do previsto no orçamento, à Assembleia Legislativa, para obter maioria, desmobilizar a Comissão

Parlamentar de Inquérito -CPI e aprovar seus projetos. Ora, a função do Poder Legislativo é definida pela constituição claramente em

É responsável de executar a função legislativa do Estado, que se baseia em disciplinar as relações dos indivíduos entre si e com o próprio Estado, mediante a elaboração de leis. [...] é o que dispõe o artigo 27, caput, da Constituição Federal de 1988. [...] A Assembleia Legislativa funciona de forma organizada, tendo os seus trabalhos coordenados pela Mesa Diretora [...] composta por um Presidente e 1º e 2º Secretários com mandato de 2 anos, iniciado em 1º de fevereiro. Compõem ainda a estrutura da Casa as comissões, que têm por função analisar proposições submetidas à sua análise e sobre elas deliberar através de pareceres. [...]. As comissões podem ser ainda, temporárias, quando criadas para apreciar determinado assunto e por prazo limitado. As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e as comissões especiais são exemplos de comissões temporárias (CLÈVE, 2000, p. 25).

Começava ali um espúrio relacionamento: de um lado, a Assembleia, segundo Capiberibe, chantageando, barganhando e extorquindo o Governador, e, de outro, S. Ex<sup>a</sup>, ao submeter-se a tais procedimentos ilícitos tornava-se suspeito de cumplicidade e co-patrocínio dos desmandos praticados, além de manietado pelo Legislativo Estadual.

Utilizando-se de recursos massivo, a mídia e ambos os candidatos eleitos, Deputado Fran Junior, Presidente da Assembleia Legislativa, e o Governador João Alberto Capiberibe representante do Executivo, reproduziram seus discursos partindo de sua própria mentalidade política, e visão de mundo. E, praticamente no auge do conflito, o Governador João Capiberibe enfrenta um pedido de afastamento pela Assembleia Legislativa, isso se deve, às acusações de desvio de recursos, fazendo com que a notícia de corrupção desse uma guinada no jogo político.

'Uma mentira repetida mil vezes torna-se Verdade'. Essa frase proferida por Joseph Goebbels, ministro de propaganda do governo nazista, marcou um momento histórico em que a "verdade" foi construída sob farsas e alegações mentirosas, que tinham apenas o intuito de legitimar o governo de Adolf Hitler. O führer e seus assessores tinham nas mãos o poder da comunicação. Dominavam a imprensa, o rádio e o cinema, veículos que exerciam uma forte penetração na sociedade. A partir desses meios foi possível que as mensagens de interesse governista se difundissem na Alemanha, gerando um forte sentimento de unidade e poder (ABIRACHED; FLESC; KAMINSKI; RIBEIRO, 2005, p.28).

Com um quadro imprevisível no campo político, para os dois representantes do povo, ameaçados de perder a chance de se manter no poder, acirraram no estado, campanhas de marketing através dos veículos midiáticos por todo o estado

sendo difundido pelo país - o mote das notícias, na televisão, nas revistas, nas redes sociais e nos jornais impressos eram matérias sobre os escândalos de corrupção no Amapá e o acirramento do conflito no campo político.

Na interação entre os seres humanos, na vida em sociedade, não é difícil, se perscrutarmos atentamente, perceber que todo locutor pretende influenciar, de algum modo, seu interlocutor, para levá-lo à ação, para orientar seus pensamentos ou, ainda, para emocioná-lo e, nesse processo, entrarão em ação estratégias de persuasão ou de sedução.

As notícias veiculadas buscavam dar uma significação de um mundo real por meio de textos e imagens da realidade, instigando o imaginário. Para Charaudeau (2006), o imaginário é um modo de apreensão do mundo que surge do mecanismo das representações sociais, que constroem a significação de seres do mundo transformando a realidade em real significado. Esse imaginário social é, de acordo com Baczko (1985), um arcabouço de referências simbólicas relacionadas a uma determinada cultura, época ou sociedade, às quais as coletividades recorrem para obterem certa representação de si, estabelecerem seus valores e crenças, suas modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar. Usando-o também para determinar as suas formas de funcionamento social. O resultado desse processo é uma simbolização do mundo de ordem afetivo-racional arquivada na memória coletiva. Tal processo, que se dá pela intersubjetividade das relações humanas, faz o imaginário assumir uma dupla função: criar valores e justificar ações. Charaudeau (2013) ainda nos diz que o imaginário social é um universo de significações que funda uma identidade coletiva mantida de modo coeso pelos sujeitos que dela compartilham. Além disso, o imaginário social é da ordem do verossímil, porque reflete a visão que o homem tem do mundo. Se cada homem tem uma visão e a considera uma verdade, não existe uma verdade sobre o mundo. Logo, o imaginário de verdade é uma essencialização do mundo percebido em um saber.

Derivado do conceito imaginário social, Charaudeau (2013) propõe, para entender a noção de imaginário no quadro teórico da análise do discurso, o conceito imaginários sócio-discursivos. Para que uma identidade se consolide entre os membros de um grupo, os imaginários precisam ser materializados em comportamentos ou atividades coletivas. Essa materialização precisa se sustentar em um discurso racionalizado, que pode se apresentar em textos escritos e orais de diversas naturezas transmitidos por gerações.

Os imaginários são gerados pelos discursos circulantes nos grupos sociais, responsáveis por organizá-los em sistemas de pensamentos alinhados aos seus valores e por desempenhar o papel de justificar a ação social ou pseudo ação social. Os discursos e os tipos de saberes são diferentes de acordo com cada sociedade e revelam, ao mesmo tempo, as características inerentes a cada uma. Em Charaudeau (2006), o universo do discurso corresponde ao domínio de práticas sociais: político, religioso, científico, jurídico, educacional etc. Cada um desses domínios desempenha o papel de fabricar filtros de saberes e, por conseguinte, imaginários.

Ora, o Governo de João Capiberibe (1995 a 2002) destacou-se pela política pregada do desenvolvimento sustentável e a valorização das comunidades tradicionais provocando com esse discurso transformações espaciais, sociais e políticas no Amapá. Esses imaginários circulam em um espaço de interdiscursividade e testemunham as identidades coletivas, a forma como os indivíduos compreendem os acontecimentos de que tomam conhecimento e sobre os quais fazem julgamentos. No domínio político, onde se baseia o nosso trabalho, os imaginários sócio-discursivos são utilizados com fins de persuasão e, para tal, são manipulados pelos políticos para atingirem seus objetivos na esfera pública, visto que, como se destinam a um número heterogêneo de pessoas, os políticos precisam usar estratégias discursivas que captem o imaginário social.

A incerteza sobre a verossimilidade das informações noticiadas pela mídia é pertinente, mas, o efeito pretendido ao colocá-las em circulação massiva parece ser o de instituir no imaginário que a ideologia, a corrupção, não é uma prerrogativa do executivo ou do Legislativo. Portanto, poderia usar a sua posição privilegiada de veículo de comunicação para favorecer ideologicamente um político, ou grupo, em detrimento de outro. Nesse tipo de comunicação, as relações dialógicas provocam relações entre sentidos, que se (re)definem pela interação de uma multiplicidade de vozes representantes de um determinado universo, fenômeno denominado por Bakhtin (2002) de polifonia. Segundo Bezerra (2012, p. 199), o caráter dialógico do discurso se vincula com um ativismo que estabelece uma “[...] relação dialógica entre a consciência criadora e a consciência recriada, e esta participa do diálogo com plenos direitos à interlocução com outras vozes”. Nessa zona de aproximação, é construída a identidade do discurso, deixando marcas do discurso do EU e do discurso do OUTRO.

## 1.1 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O processo sócio-histórico é contínuo, porém não linear. Ele não pode ser comparado a uma linha reta, pois possui avanços e recuos, mudanças de rumos, idas e vindas. Os acontecimentos de hoje possuem relações com os fatos passados, as rupturas sócio-históricas não surgem da noite para o dia, mas sim através de um lento e gradual processo. Correlacionar passado, presente e futuro, de uma maneira linear, na maioria das vezes mais obscurece o desenvolvimento de determinada questão do que esclarece. Por isso optamos por apresentar uma sintetização das representações sociais através de um relato fragmentado, procurando demarcar os pontos de maior e menor convergência com a sociologia – o conceito de representação social situa-se nas fronteiras entre a sociologia e a psicologia e a origem provém do termo “representação coletiva”, desenvolvido por Durkheim,

Compreendemos que essa formulação era indispensável para construir a sociologia e Durkheim soube fixar regras científicas do método sociológico, buscar as causas eficientes dos fenômenos sociais antes de investigar suas causas finais ou motivos. Criar a ciência do social exigia, certamente, que se construísse a realidade social como coisa [...], que se investigassem suas determinações fora de qualquer pressuposto filosófico ou político [...] (CHÂTELET, DUHAMEL, PISIER-KOUCHNER, 2009, p.304).

Este sociólogo teorizou que as categorias básicas do pensamento teriam origem na sociedade, e que o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social, ou seja, a vida social seria a condição de todo pensamento organizado e vice-versa. As representações coletivas designavam um conjunto de conhecimentos e crenças (mitos, religião, ciência, etc.), que para Jordelet (1989, p.37), trata-se de um conjunto, atualmente reconhecido pelos psicólogos sociais, para designar “[...] fenômenos múltiplos que se observam e que se estudam aos níveis de complexidade, individuais e coletivos, psicológicos e sociais variados”. Durkheim propôs, como condição essencial na elaboração do conhecimento, a formação de conceitos que são repartidos pelos membros do grupo, com origem nas características da vida na coletividade.

Assim, a representatividade institucional, coletiva, grupal, buscavam e buscam até hoje, a qualquer custo firmar o seu discurso e a sua posição diante de um embate que envolvem interesses diversos, evidenciando na maioria das vezes o

econômico. É no estudo sociológico, que a individualidade humana se constitui a partir da sociedade. E a representação coletiva, segundo Durkheim, não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas são, mais do que isso, um novo conhecimento é formado, que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo. Uma função primordial da representação coletiva seria a transmissão da herança coletiva dos antepassados, que acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar dos anos.

Nessa questão, Moscovici (1981) acrescenta novos elementos à elaboração do conceito de representação social, para ele, não é apenas uma herança coletiva dos antepassados, que é transmitida de maneira determinista e estática. O indivíduo tem papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, da mesma forma que é criado por ela. Ele também tem participação na sua construção. Em suma, as representações sociais são um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais, que na definição apresentada por Jodelet (1984), são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.

Um outro aspecto importante a ser mencionado sobre a conceituação da representação social é o da formação de condutas. Verificamos que a internalização do discurso e a consolidação do modelo social apresentado pelo Poder Executivo amapaense, conquistou um nível de representatividade altíssimo. É ela que modela o comportamento e justifica sua expressão. Moscovici (1981) diz que a representação social é uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento, como por modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente que o comportamento deve ter lugar. Para ele, o ser humano é um ser pensante que formula questões e busca respostas e, ao mesmo tempo, compartilha realidades por

ele representadas. Com esta visão, Moscovici assinala sua concepção do social; uma coletividade racional, que não pode ser concebida apenas como um conjunto de cérebros processadores de informações que as transforma em movimentos, atribuições e julgamentos sob a força de condicionamentos externos.

## 1.2 A IMAGINAÇÃO SOCIAL

Neste ponto citamos quanto ao imaginário no concomitante a associação do coletivo, político e o social. Essas associações e os problemas que elas traduzem têm efeitos impactantes sobre os indivíduos, quer nos discursos políticos e ideológicos, quer nos estudos das ciências humanas.

A imaginação própria é exaltada, enquanto é denunciada a sua ausência ou a sua mediocridade nos adversários. Os meios de comunicação de massa contribuíram e contribuem de maneira particular para o entendimento destes termos. Seus atores são julgados não só pelas suas competências, mas também pelo legado da imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada. A associação entre imaginação e o poder político às vezes é algo paradoxal, ou mesmo provocatório, na medida em que um termo, cuja acepção corrente designa uma faculdade produtora de ilusões, sonhos e símbolos, e que pertence ao campo da sustentabilidade e segurança (como é o caso do slogan do Governo do Amapá no ano 2000, PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá) que incidiu num terreno reservado as coisas sérias e reais, e ao mesmo tempo é acusado de corrupto pelo poder legislativo. Do mesmo passo, estes slogans elevavam a própria imaginação ao nível de um símbolo defensor da ética e da moral. A imaginação, acompanhada pelos adjetivos sociais ou coletivos, ganhou terreno no campo discursivo e o estudo dos imaginários sociais se tornou fundamental. Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas e sociais destacam o fato do poder, especialmente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico, tem e, é um importante lugar estratégico.

Na história verdadeira e real dos homens é, e está além das representações que estes têm de si próprios e além das suas crenças, mitos e ilusões. Antes, tratava-se, pois, de uma tendência científica e realista que pretendia separar na trama histórica, das ações e comportamentos dos agentes sociais, o verdadeiro e o real daquilo que era ilusório e quimérico. A operação científica era assim concebida como uma operação de desvendamento e de desmistificação.

Em qualquer conflito social não será as imagens exaltantes e magnificentes dos objetivos a atingir, e dos frutos da vitória procurada, uma condição de possibilidade da própria ação das forças em presença? Como é que se podem separar, neste tipo de conflitos, os agentes e os seus atos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações; não as modelam os comportamentos; não as mobilizam as energias; não as legitimam as violências? Será que o imaginário coletivo não intervém em qualquer exercício do poder e, designadamente, do poder político? Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potencia real, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Assim, os bens simbólicos que qualquer sociedade fabrica nada tem de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras. Os dispositivos de repressão que os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, provam, se necessário for, o carácter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos, tais como os emblemas do poder, os monumentos erigidos em sua glória, o carisma do chefe, etc. Neste sentido, nos limitamos a relembrar o conflito entre o executivo e o legislativo do Amapá ocorridos em 2000 como exemplo dessa problemática.

A atenção que hoje é dedicada aos problemas e fenômenos sociais induz à busca, no passado, das observações, intuições e interrogações que eles suscitaram anteriormente. A existência e as múltiplas funções dos imaginários sociais não deixaram de ser observadas por todos aqueles que se interrogavam acerca dos

mecanismos e estruturas da vida social e, nomeadamente, por aqueles que verificavam a intervenção efetiva e eficaz das representações e símbolos nas práticas coletivas, bem como na sua direção e orientação. Segundo Baczko (1985, p.299) afirma que Malinowski reconhece, em cada corpus de mitos, o equivalente a um verdadeiro mapa social que representa e legitima eficazmente a formação existente, com o seu sistema de distribuição do poder, dos privilégios, do prestígio e da propriedade. O simbolismo da ordem social, da dominação e submissão, das hierarquias e privilégios, etc., é quantitativamente limitado, ao mesmo tempo em que se caracteriza por uma fixidez notável. Por fim, também as técnicas de manejo destes símbolos se confundem com a prática de ritos que reproduzem o fundo mítico, tratando-se tanto de técnicas corporais como da arte e da língua. As situações conflituais entre poderes estimulavam e estimulam até hoje a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário.

Por um lado, estas visavam à constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendia e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões (assim sucedeu, por exemplo, no conflito entre a realeza e o papado [cf. Bloch 1924; Lagarde 1934]). A invenção de novas técnicas, bem como o seu refinamento e diferenciação, implicavam a passagem de um simples manejo dos imaginários sociais a sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada.

## 2 O PODER

Poder vem do latim *potere*; o direito de deliberar, agir e mandar e também, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância ou a posse do domínio, da influência ou da força. Ou ainda, pode-se definir poder como “a capacidade ou possibilidade de agir ou de produzir efeitos” e “pode ser referida a indivíduos ou a grupos humanos” (BOBBIO, 1986, p. 933).

Segundo Aranha (1993) poder é a faculdade de, autorização de, deliberar, agir, mandar e, dependendo do contexto, exercer sua autoridade, soberania, a posse de um domínio, da influência ou da força. É relevante perscrutar o campo de sentido da palavra poder e tirar de lá o um significado mais específico. É preciso dar a significação originária desse termo para, a partir dela, fazer a análise a que nos propomos.

Diante das acusações mútuas entre os poderes de corrupção e o uso do poder de cada um para fazer valer as suas afirmativas, proponho refletir algumas dificuldades práticas nas estratégias de combate à corrupção e o uso do poder na esfera política e administrativa. Ao fazê-lo, considero relevante incorporar ao tema o papel desempenhado pelos valores e práticas no âmbito da sociedade, que tornam complexo o contexto dentro do qual as políticas anticorrupção se desenrolam. Consideramos desta forma, necessário fazer uma reflexão mais abrangente sobre o Poder,

[...] 'há três espécies de governo: o republicano, o monárquico e o despótico'. O regime *republicano* se caracteriza pelo fato de que o poder é detido pelo povo (sua natureza) e que nele reina a virtude (seu princípio), entendida, no sentido político (amor pela *res publica*), virtude constantemente solicitada, através de diversos meios (educação cívica, censura, economia autárquica), por um regime cuja sorte é condicionada por ela. Conforme a detenção da soberana potência caiba a todo povo ou apenas a uma parte do mesmo, o regime republicano tem forma democrática ou aristocrata (CHÂTELET, DUHAMEL, PISIER-KOUCHNER, 2009, p.59)

Especificamente na política, poder é a capacidade de impor algo sem alternativa para a desobediência. O poder político quando reconhecido como legítimo e sancionado como executor da ordem estabelecida, coincide com a

autoridade, mas há poder político distinto desta, como acontece no caso das revoluções ou nas ditaduras. O poder se expressa nas diversas relações sociais, e onde existem relações de poder, existe política, e a política se expressa nas diversas formas de poder.

Na sociologia, a referência ao poder se resume como a habilidade de impor uma vontade sobre os outros, mesmo que enfrente resistência. É algo que vem de uma esfera superior e penetra numa camada inferior, em geral dominada e comandada pelos que detém o poder. Assim, o termo poder abre-se numa diversidade de campos e áreas de atuação; poder social, poder econômico, poder militar, poder político, entre outros.

O poder é uma entidade presente na história da humanidade desde sempre. Onde há seres humanos, homens e mulheres que se relacionam e dividem os mesmos espaços, o poder se faz presente nessas relações. No entanto, na idade moderna podemos verificar a construção reflexiva de um conjunto de definições úteis para pensar o problema e os aspectos do poder. Como exemplo, podemos indicar a questão das leis, consideradas como os meios nos quais se baseiam para o exercício do poder. Montesquieu em "O espírito das Leis" (2000) refere-se que, numa República as leis são expressões da vontade popular, enquanto na monarquia elas expressam a vontade do rei, no despotismo o governante exerce o poder por meio de leis e decretos ocasionais e circunstanciais.

Montesquieu se esforça no sentido de revelar o espírito das leis, ou seja, a mais forte curva da relação entre variáveis diversas concretas e relativas que fazem e desfazem as leis humanas. Pois, se 'todos os seres têm suas leis', tanto a divindade como o mundo material, a humanidade tem suas leis próprias: Examinei inicialmente os homes e supus que, nessa infinita diversidade de leis e de costumes, eles não eram movidos unicamente por suas fantasias (CHÂTELET, DUHAMEL, PISIER-KOUCHNER, 2009, p.57).

Ainda mais, numa república é a "virtude" que leva os cidadãos a buscarem e defenderem o bem do Estado (do comum) em detrimento do interesse particular - na monarquia, é o senso de honra da nobreza hereditária; no despotismo, é o medo diante da ameaça da violência repressiva que faz com que se cumpram as ordens e determinações.

O regime republicano se caracteriza pelo fato de que o poder é detido pelo povo, (sua natureza) e que nele reina a virtude (seu princípio), entendida, no sentido político (amor pela res pública), virtude constantemente solicitada, através de diversos meios (educação cívica, censura, economia autárquica), [...]. Conforme a detenção da soberana potência caiba a todo

ou apenas a uma parte do todo o povo ou uma parte do mesmo, o regime republicano tem forma democrática ou aristocrática [...]. [...] em troca, o regime monárquico é aquele no qual um só (o rei) governa através de leis fixas e estabelecidas (sua natureza) e que o condiciona a honra (seu princípio) (CHÂTELET, DUHAMEL, PISIER-KOUCHNER, 2009, p.59).

É fato que, o poder é um daqueles conceitos de fácil compreensão, mas de complexa definição. Talvez por isso, foi, ao longo dos tempos, objeto das definições mais diversas. Norberto Bobbio (1989, p.232) distingue definições substancialistas, subjetivistas e relacionais do poder, consoante o mesmo seja identificado com uma coisa que se usa para adquirir outros bens, com a capacidade de um sujeito alcançar certos efeitos, ou com uma relação entre dois sujeitos que implica a possibilidade de um deles obter do outro um comportamento determinado. Poder é o termo atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda à parte na espessura do corpo social. É importante também refletir como foi e continua sendo possível à resignação, quase ilimitada, dos homens perante os excessos do poder, ainda que o poder não seja uma coisa, ele torna-se uma, pois é assim que a maioria dos homens o representa.

Uma definição mista, subjetiva e relacional de poder social, é a de Ruth Zimmerling (2005, p.141) que o define como “[...] capacidade de obter resultados desejados fazendo com que os outros se comportem como queremos”. Como o poder político é subcategoria do poder social, essa definição é adequada à explicitação, embora seja igualmente aplicável a outras subcategorias como as de poder económico e poder ideológico. Então, quando uma autoridade é aceita como legítima, aqueles que a aceitam como tal tendem a obedecer às suas diretrizes de forma incondicionada: isto é, independentemente da própria avaliação do conteúdo de cada diretriz (BOBBIO, 1989, p.232). A submissão incontestada mediante a autoridade é de certa forma limitada, visto que, o titular da autoridade é um elemento no círculo de ação na qual é aceito como autoridade. A mesma autoridade estudada por Milgram (1974), que consiste na ampliação da esfera de aceitação da autoridade além de todo o limite racional, onde o experimento mostra que, “a vontade exasperada, por parte de pessoas adultas, de chegar até o extremo grau de obediência à autoridade” é considerado normal na relação de autoridade legítima.

## 2.1 ASPECTOS DO PODER

Além de lutar pelo poder e de criar instituições para exercê-lo, o homem busca examinar sua origem, natureza e significado. Dessas reflexões resultaram diferentes doutrinas e teorias sociais e políticas. Na Antiguidade são escassas as referências a doutrinas políticas dos grandes impérios do Oriente. Admitiam como única forma de governo a monarquia absoluta e sua concepção de liberdade eram diferentes da visão grega, que a civilização ocidental incorporou, onde, mesmo quando eram submetidos ao despotismo do soberano, consideravam-se livres se este soberano fosse de sua etnia e religião.

No Ocidente, as cidades Gregas não se uniram sob um poder imperial centralizador e conservaram sua autonomia. Suas leis emanavam da vontade dos cidadãos e seu principal órgão de governo era a assembleia dos cidadãos, responsáveis pela defesa das leis fundamentais e da ordem pública. É na Grécia Antiga que vamos encontrar aqueles que são considerados como os dois primeiros grandes mestres do pensamento político e social, Platão e seu discípulo, Aristóteles, quando a necessidade de educação política dos cidadãos Atenienses tornou-se tema de pensadores políticos. Aristóteles, discípulo de Platão e mestre de Alexandre o Grande, deixou a obra política mais influente na antiguidade clássica e na Idade Média “Política”. Nesta obra, o primeiro tratado conhecido sobre a natureza, funções e divisão do estado e as várias formas de governo defendeu, como Platão, equilíbrio e moderação na prática do poder, apesar de considerar impraticáveis muitos dos conceitos de seu mestre. Para Aristóteles, a *pólis* é o ambiente adequado ao desenvolvimento das aptidões humanas e, como o homem é, por natureza, um animal político, a associação é natural e não convencional. Na busca do bem, o homem forma a comunidade, que se organiza pela distribuição das tarefas especializadas. Aristóteles entendia que o homem nascia para viver em sociedade e por isso não poderia dela se isentar. Aristóteles procurou demonstrar que somente na cidade-estado o homem seria capaz de desenvolver todas as suas capacidades. A *pólis* seria aquela cidade que torna possível a felicidade obtida pela vida criativa da razão. À felicidade individual deve corresponder ao bem comum e, portanto, uma cidade feliz.

Para Aristóteles, a felicidade é um fim último. Ela é, portanto, um bem supremo que todos a desejam. Segundo ele, há uma diversidade de

compreensão, por parte dos homens, acerca da natureza da felicidade. Muitas pessoas confiam que a felicidade está nos prazeres; outras nas honrarias e riquezas. Sobre ela, há também divergências: alguns a identificam com coisas diferentes, dependendo das circunstâncias. [...]. Estes bens (dinheiro, prazeres, honrarias, saúde, etc.), são denominados por Aristóteles de bens relativos. Eles são apenas pré-requisitos para atingir a felicidade e, portanto, são meios para se chegar ao fim último (Bem Supremo). Dessa forma, esses bens não são negados na sua teoria, mas entendidos como bens necessários para o homem obter uma vida feliz. Sendo assim, em boa medida, poderíamos afirmar que o homem que possui amigos, família, casa, emprego, estudo, carro, saúde etc., possivelmente terá boas condições para viver feliz (MALINOSKI, SILVA, s/a, p.2).

Não só o fundamento da existência do homem só pode ser pensado na sociedade como, na ordem natural das coisas, uma vez que o todo deve ser colocado, forçosamente, antes das partes, o Estado se coloca antes da família e antes de cada indivíduo, pois o bem comum é superior ao bem individual, à coletividade suplanta o particular: o Estado deve ser superior ao indivíduo “[...] a prova de que o Estado é uma criação da natureza e tem prioridade sobre o indivíduo é que o indivíduo, quando isolado, não é auto-suficiente, no entanto, ele o é como parte relacionada com o conjunto” (MEDEIROS, 2015, s/p).

Posteriormente, no pensamento clássico do poder, Karl Marx define a história da humanidade como sendo basicamente a história das ideias e da luta pelo poder, das lutas travadas por indivíduos, grupos ou nações para conquistar, manter ou ampliar o poder político. Essas lutas podem ser violentas, na forma de assassinatos de dirigentes, guerras, revoluções, através de golpes de estado, ou pacíficas, por meio de eleições e plebiscitos. Sendo a luta violenta uma das formas mais primitivas de conquista e manutenção do poder, e ainda hoje é adotada em algumas nações ditas modernas, ela, a violência se manifesta também na defesa daqueles que detêm o poder e querem manter a situação social tradicional.

[...] da reivindicação de direitos e liberdades, da luta pelo estabelecimento das garantias fundamentais da lei. Um movimento é revolucionário não por seus objetivos, mas por suas formas de luta; ‘a ação de massa, a ruptura com a liberdade estabelecida, a instauração de uma nova legalidade associada a procedimentos de decisão de controle coletivos’. O Poder, o Saber e a Lei são dissociados enquanto espaços autônomos que se cruzam mas se contestam. O social torna-se uma instituição em ato; a atração pelo Um recua diante do desejo de liberdade (CHÂTELET, DUHAMEL, PISIER-KOUCHNER, 2009, p.370).

Outra situação refere-se a mudança de um regime político, que pode se dar por meio de golpe de estado, que é uma forma de ação política violenta comum na

história das nações da América Latina. As guerras são o modo mais extremo e violento da luta política, já que o objetivo é destruir o adversário, podendo ser externas, entre duas ou mais nações, internas, civis, ou entre facções de uma nação. Já os meios pacíficos de luta pelo poder indicam estado avançado de civilização e a racionalidade das concepções políticas, essas formas de luta pacífica tidas como básicas, são própria dos sistemas democráticos, configurando-se em eleições e plebiscitos. São nas democracias que se reconhece as aspirações de um povo e a soberania popular, sendo esse, o princípio de legitimação do poder e, portanto, a direção do estado cabe à facção ou partido que obtiver a maioria dos votos livremente expressos pelo povo. Trata-se de um procedimento racional, que pressupõe a igualdade dos cidadãos perante a lei e que tende a harmonizar os conflitos de interesse, embora eles continuem a existir e muitas vezes se manifestem de forma violenta.

Outro pensamento é a concepção de que o poder é um atributo das relações sociais, é um fruto do contato entre os indivíduos e das suas ações a todo instante, sejam elas no campo político, econômico, cognitivo, etc. é a

Atividade da mente através da qual esta tematiza objetos ou toma decisões sobre a realização de uma ação. Atividade intelectual, raciocínio. Consciência. 2. Segundo Descartes, os processos mentais, em um sentido amplo. [...]. Atividade intelectual através da qual o espírito humano forma conceitos e formula juízos. [...] pensamento constitui uma atividade intelectual visando à produção de um saber novo pela mediação da reflexão. Em outras palavras, o pensamento é o 'trabalho' efetuado pela reflexão do sujeito sobre um objeto, num movimento pelo qual a matéria-prima que é a experiência é transformada, de algo não-sabido, num saber produzido e compreendido (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2001, p.149).

Nesse viés, encontramos em Elias, “[...] numa relação entre duas ou mais pessoas e objetos naturais; assim, o poder é um atributo destas relações que se mantêm num equilíbrio instável de forças” (SALLAS, 2001, p.219). Se o poder tem como fonte as relações humanas mais variadas, ele também pode assumir diversas formas. Isso quer dizer que há grupos ou indivíduos que

[...] podem reter ou monopolizar aquilo que os outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros (ELIAS, 1994 apud GEBARA; LUCENA, 2005, p. 01).

Assim sendo, o poder na teoria de Elias não se resume ao que ocorre entre senhores e servos, dominadores e dominados, mas pode ocorrer entre indivíduos de uma mesma família, entre membros de bairros vizinhos; e pode se mostrar também nas mais variadas situações, como a maneira que os indivíduos se portam à mesa, a maneira de se vestir, e a aceitação (ou não) em atividades cotidianas de lazer.

Já em Foucault (2010) temos, que o poder não é uma entidade coerente, unitária e estável, mas que supõem condições históricas de emergência complexa e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder. Suas análises efetuam dois deslocamentos; se é verdade que não há poder que não seja exercido por uns sobre os outros - "os uns" e "os outros" não estando nunca fixados num papel, mas sucessiva, e até simultaneamente, inseridos em cada um dos pólos da relação -, então uma genealogia do poder é indissociável de uma história da subjetividade; se o poder não existe senão em ato, então é à questão do "como" que ele retoma para analisar suas modalidades de exercício, isto é, tanto à emergência histórica de seus modos de aplicação quanto aos instrumentos que ele se dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada. Em nenhum caso, trata-se, por consequência, de descrever um princípio de poder primeiro e fundamental, mas um agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições, e no qual o tipo de objetivo perseguido não se reduz somente à dominação, pois não pertence a ninguém e varia ele mesmo na história (FOUCAULT, 2010).

## 2.2 O SIMBOLISMO DO PODER

Numa estrutura verticalizada a autoridade e o poder sustenta uma estrutura de dominação. No entanto, o simbolismo do poder, parte do princípio, segundo Bourdieu (1989), que a cultura, ou o sistema simbólico, é arbitrário, uma vez que não se assenta numa realidade dada como natural. O sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma. Essa imposição de realidade é ainda mais assisada por ser sutilmente introduzida nas relações sociais sob um manto de

legitimidade que irradia seus efeitos nas relações sociais, culturais e de trabalho, de forma a reduzir, de forma significativa, as possibilidades de apropriação de valores sócio educacionais e culturais que possibilitem o dominado de perceber e resistir a essa forma de dominação.

Ao abordar as condições e posição de classe e as disputas por capital social, Bourdieu (1989) trás em seu pensamento a abordagem dos padrões de organização específicos para compreender uma estrutura social. Para ele as classes ou grupos de status para que sejam classificados em uma estrutura social devem ser analisados a partir de uma definição mínima; se e em que medida tais partes mantêm entre si outras relações além da mera justaposição e, por conseguinte, manifestam propriedades que resultam de sua dependência relativamente à totalidade. Então, a posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático numa dada estrutura e num dado momento. É preciso que se analise um trajeto social. O que nos leva a reflexão da origem social dos representantes do executivo e do legislativo amapaense em 2000 e a sua ascensão social.

Duas posições aparentemente idênticas do ponto de vista da sincronia podem se revelar muito diferentes quando analisadas o seu futuro histórico, e, portanto, a sua ascendência ou descendência na curva da posição social. As manifestações econômicas são duplicadas por distinções simbólicas, pela exteriorização da riqueza, pelo consumo ostentatório que transforma os bens em signos, as distinções de fato em distinções significantes, privilegiando a maneira, a forma de ação, os objetos em si, sobre a sua função, como as roupas, a linguagem, a pronúncia, o bom gosto e a cultura.

As ações e procedimentos não se explicam por si só, na verdade elas constituem símbolos que exprimem sempre uma posição social, segundo uma lógica, a lógica da distinção, que representam os valores que manifestam a posição daquele indivíduo dentro de uma estrutura social. Pierre Bourdieu (2009) vai mais além, esta relação de força acontece em um lugar específico que ele chama de “campo”. Para ele o campo é um universo onde acontecem as relações complexas e objetivas do trabalho de dominação. Seria como um campo de lutas pelo poder, em que agentes e instituições, com capital específico (econômico ou cultural) suficiente para ocupar posições de dominação em seus respectivos “campos de força”. Ao rejeitar o princípio da universalidade para com o sistema de significação, Bourdieu

resgata a noção de valor assumida por Friedrich Nietzsche (2005), o qual defendeu que os valores não são eternos, universais, transcendentais ou metafísicos, mas criações humanas. A “dança cósmica”, de Nietzsche, remete à agitação devastadora de ideias herdadas e valores imóveis, aguçando a imaginação para a historicidade do homem e para a temporalidade das verdades tidas como eternas.

A função do processo de simbolização é, portanto, legitimar e justificar a unidade do sistema de poder, oferecendo-lhe uma reserva de símbolos suficientemente necessário à sua expressão. Quanto ao poder nesta associação, sistematizaremos de forma livre com o qual apreendo, que o poder é uma capacidade de mobilizar vontades, intencionalidades, interesses, desejos, signos, significados, significantes e entes, inclusive corpos físicos, metafísicos e simbólicos. Assim, não há poder e não há mobilização de poder sem a mobilização de entes (materiais e simbólicos) inclusive corpos (materiais e simbólicos).

O domínio do poder implica domínio ou controle, coordenação ou manipulação de entes, inclusive corpos, vontades, intencionalidades, interesses (objetivos e subjetivos). Quanto maior a capacidade de mobilizar, controlar, coordenar ou manipular entes, inclusive corpos, vontades, intencionalidades, interesses, tanto maior é o poder. Ainda, ao dominar, controlar, coordenar entes, corpos, vontades, intencionalidades, interesses dos outros, o simbolismo do poder se abriga nas relações e das relações estabelecidas entre seus entes.

### 2.3 O CONFLITO ENTRE OS PODERES E A CORRUPÇÃO

Reproduzindo as notícias descritas anteriormente, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, Deputado Fran Junior foi acusado de ter feito pagamento no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para construção de pista de pouso em sua propriedade particular (Jornal dos Municípios, 18/02/2000), acusações feitas pelo governador João Capiberibe declaram que o Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Fran Junior está envolvido com o tráfico de drogas e se utiliza de chantagem para conseguir dinheiro do Governo. Se contrapondo ao executivo, o governador João Capiberibe é acusado de desviar R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) (Jornal Diário do Amapá, 29/04/2000, p.A4).

Filgueiras (2008, p. 22) afirma que “[...] a corrupção na política se torna mais evidente em cenários de crises políticas, em que as concepções consensuais de valores e normas eclodem em função de contextos de mudanças sociais”. O conflito de poderes e a corrupção presente nas notícias que embasam este trabalho são temas que acompanham de perto nossa história política, e, é parte de nossa formação social, tendo raízes bem fincadas em nossas práticas políticas e administrativas. A legitimidade do tema no campo de estudos das ciências sociais brasileira é recente, mas hoje ele está presente na agenda pública das principais instituições de fomento à pesquisa, dos governos e organismos multilaterais.

O diálogo aqui é com as análises formais sobre o tema, que enfatizam o papel desempenhado por regras oficiais, incentivos institucionais e sistemas de incentivo e desincentivo à idoneidade das condutas no interior da burocracia e da esfera política. Não é nossa pretensão exumar as qualidades e defeitos culturais reproduzidos através de gerações, e desconsiderar as importantes mudanças e avanços na forma como a corrupção tem sido combatida no país, bem como as transformações ocorridas tanto na formulação de novas estratégias institucionais quanto nas próprias percepções sociais sobre a corrupção. Entretanto, como todo fenômeno que tem elementos de mudança e elementos de continuidade, minha ênfase recairá sobre os traços de continuidade com o passado que, de forma frequente, ainda se mostram visíveis e atuantes em grande parte dos novos escândalos de corrupção, de que temos notícias continuamente por meio da mídia.

Considero a variável cultural indispensável para pensar a corrupção. Mas não a considero de forma isolada. Penso que há uma combinação entre incentivos conferidos pelo desenho das instituições formais e valores sedimentados em nossa formação social. De forma conjunta, ambas se tornam apropriadas para explicar um fenômeno que, não raro, é descrito com base exclusivamente em pressupostos de corte econômico, que enxergam apenas racionalidade instrumental e cinismo dos indivíduos, ao explicar suas atitudes, práticas e estratégias de ação que resultam em corrupção. Partilho das críticas que grande parte das abordagens sociológicas sobre o tema dirige-se a uma abordagem exclusivamente fundada nos pressupostos de racionalidade estratégica e maximizadora de benefícios e, em decorrência, do comportamento rent-seeking (o comportamento de empresários com o objetivo de obter privilégios no mercado) dos burocratas, políticos e demais cidadãos. Sem desconsiderar que esse tipo de abordagem pode lançar claras luzes à compreensão

de dimensões relevantes do fenômeno, acho, contudo, indispensável considerar que “[...] a sociedade, com suas práticas humildes e sua força invisível” (MATTA, 2000, p.357). Por isso, dificilmente os incentivos formais, mudanças de regras administrativas, redefinição de incentivos e punições produzem resultados eficazes, e sim, efeitos no comportamento dos atores e nos resultados agregados da interação. É redutor achar que essas mudanças operam no vazio e ganham força e sentido pela própria existência formal da regra, sem passar pelo inescapável filtro interpretativo de valores e práticas dos atores, as quais são parte de nossa práxis política e administrativa. Desconsiderá-las nos faz incorrer no erro de atribuir um poder transformativo à regra formal maior do que ela de fato costuma ter.

A interação entre valores e regras formais é complexa. É verdade que engenharias institucionais podem condicionar expectativas e incidir sobre as práticas, convertendo-as, através de rotinas, em valores e crenças que alteram os conjuntos de preceitos a nortear as escolhas dos indivíduos. Fábio Reis menciona que, ‘expectativas que se reiteram e corroboram acabam por transformar-se em prescrições, isso permitiria

[...] no devido tempo, mudanças adequadas no próprio componente normativo da cultura pertinente, numa dialética benigna entre esforços deliberados de ‘engenharia’ política e a indispensável ‘decantação’ sociológica em que nascem as instituições verdadeiras (REIS, 2008, p. 397).

Mas nem as instituições formais, nem as motivações que estão por trás de sua constituição, surgem descolados da tradição e dos valores que esta alimenta. É na cultura que podemos encontrar parte das respostas sobre o porquê, apesar de sistemas de controle algumas vezes draconianos, a corrupção subsiste em níveis altos, a crer nas percepções sociais sobre o tema que diversos estudos costumam captar. Se a corrupção resultasse apenas da combinação insatisfatória de sistemas de incentivos e desincentivos às escolhas dos agentes corruptos, nosso draconiano sistema de controle já teria dado resposta satisfatória a esse problema fundamental do nosso Estado.

O próprio sistema draconiano de controle, em si, é uma resposta, mas não só isso, ao papel desempenhado por algumas relações e mecanismos sociais, ainda fundamentais em nossa sociabilidade, e que estão presentes na forma como os órgãos do Estado atuam. Refiro-me ao papel que relações sociais de tipo clientelista,

relações de parentesco, relações de amizade, relações de conhecimento, conjugados aos mecanismos sociais como troca de favores, presentes, favorecimentos dos mais diversos tipos representam no dia-a-dia do funcionamento dos órgãos estatais.

[...] leis Draconianas, para que se possa entender melhor o tema em questão. Este nome Draconiana vem de Drácon, o qual era um legislador ateniense de origem aristocrática extremamente severo. As leis Draconianas são consideradas o primeiro código ateniense escrito, e, devido à enorme agressividade das leis de Drácon, as quais vários delitos sendo grave ou leve tinham como pena a morte, os próprios atenienses deixaram de cumprir suas leis por considerá-las omissivas, desumanas e cruéis, por conseguinte, as leis draconianas foram substituídas pelas de Solon. Essas medidas ofensivas à população são, sem dúvida, um desrespeito aos direitos humanos, direito à vida, à liberdade, e vários outros direitos que, por muitas vezes, são suprimidos por um regime extremamente ditatorial (DOURADO, 2013, s/p).

Retomo nessa dimensão de análise sobre a corrupção utilizando uma terminologia, que caiu em desuso desde o final dos anos 70, porque essas continuam a serem percepções sociais cuja compreensão é indispensável para uma análise básica do fenômeno da corrupção. E deve vir associada ao papel da mudança nas regras formais e mecanismos de incentivo e desincentivo como variáveis a merecer atenção na discussão sobre a corrupção.

Inúmeros casos, ou escândalos de corrupção, indicam que os benefícios advindos de práticas corruptas não se fundam exclusivamente em práticas derivadas de trocas de curto prazo, de caráter restrito, entre pessoas que mantenham vínculos puramente instrumentais, acionados somente quando se trata de praticar corrupção. Essas práticas também se assentam em relações cujas naturezas vão além da amizade instrumental. Como indicou Bezerra (2012, p.178) que uma parte considerável das práticas de corrupção “insere-se em um ciclo maior de transações, não necessariamente corruptas, que se efetuam entre as pessoas” e que são requeridas por conta mesmo da sociabilidade indispensável à prática da corrupção, entre as quais se insere atributos como confiança e, como parte daquele atributo, a necessidade de segredo. Essa prática da corrupção, em muitas situações, resulta do imbricamento de relações instrumentais e não instrumentais, valores modernos e valores tradicionais, regras e procedimentos administrativos que são oficialmente demandados pelo código oficial do Estado com ações que são extraoficiais, mas igualmente demandadas. As diferentes práticas corruptas se assentam nesse

terreno de fronteiras turvas, que mistura ações legais e ilegais, legítimas e ilegítimas, qualificativos cujas definições subjetivamente construídas pelos atores públicos variam conforme as regiões e níveis de governo, os graus de profissionalização da burocracia e os níveis de desenvolvimento socioeconômico.

Elas constituem um verdadeiro mosaico de combinações possíveis. Mais do que isso, as fronteiras são turvas também entre os preceitos administrativos do que sejam as boas práticas na esfera estatal e o que são obrigações sociais do lado de fora das organizações estatais. Não é a toa que verificamos, que as conhecidas práticas de familismo, compadrio e seus correlatos têm um nível de legitimidade na esfera privada e migra fácil e constantemente para a esfera estatal. Pressupor que os valores supostamente embutidos na ordem legal, como normas administrativas que prezam pela defesa do interesse público são igualmente partilhadas por indivíduos que transitam em diferentes esferas de ação é desconsiderar que as outras esferas transferem seu quinhão valorativo para a esfera administrativa e política. Paul Stirling (1968) ressaltou quão inadequado é pressupor que o burocrata ou o político, ao cruzarem a soleira da porta de entrada dos órgãos estatais, se despem de valores que são constitutivos da sociabilidade cotidiana. Com base em Stirling, consideramos haver inadequações que podem se associar aos pressupostos dos formuladores de políticas de combate à corrupção. A primeira é a falácia da mentalidade econômica, que considera a corrupção uma exclusiva expressão do cinismo de indivíduos em cujas ações há apenas o interesse em se locupletar. A segunda é a ilusão jurídica, que pressupõe serem os políticos e, principalmente, os gestores públicos, portadores dos saberes emanados dos complexos códigos administrativos e jurídicos bem como dos princípios éticos que a eles estão apensos, o que torna toda infração legal um desvio consciente dos princípios que, nesse problema, pressupostamente todos partilhamos. Isso decorre da ignorada universalização de uma visão de mundo particular, associada uma área de atuação específica a cada carreira profissional que integra o campo burocrático. É o caso, por exemplo, de alguns pressupostos presentes nos órgãos de controle, que costumam “[...] enfiar o seu pensamento pensante na cabeça dos agentes atuantes” (BOURDIEU, 2009, p. 64).

Exemplo dessa dissonância é a legitimidade de práticas que os atores políticos dão para práticas consideradas corruptas ou inidôneas pela esfera jurídica, que Teixeira (1998) explorou em seu livro ao combinar, por meio da abordagem

antropológica, análise de rituais e as considerações weberianas sobre o papel que a honra desempenha como “categoria central do domínio político”, a autora revela que a esfera política é regida por critérios valorativos próprios os quais, nem de longe, se resumem ou equivalem àqueles preceitos normativos dentro dos quais a esfera jurídica, que pretende reger a esfera política, define as fronteiras do comportamento aceitável.

A inadequação mais geral, é pressupor que a força da lei é suficiente para mudar todo um sistema social, sem perceber que a sociedade ‘com suas etiquetas, seus valores e suas razões’ é portadora de capacidade normativa que não só desafia os parâmetros legais produzidos pela burocracia pública, como pode subvertê-los radicalmente. Por essa razão, reduzir a compreensão da corrupção a um desvio administrativo derivado da racionalidade estratégica e instrumental dos corruptos e corruptores (que muitas vezes sequer se pensam como tal), faz com que os necessários sistemas de controle da burocracia desconsiderem muitos pontos que estão embutidas em parte das redes corruptas e ajudam esclarecer sua própria natureza.

### **3 AS NOTÍCIAS EM 2000, E A “HARMONIA DOS TRÊS PODERES”**

Em relação a desarmonia entre o executivo e o legislativo podemos considerar que: Desde o Espírito das Leis, de Montesquieu, a separação de poderes e o respeito mútuo encontram espaço na agenda de debates da academia. Um dos desdobramentos importantes da ideia de separação do Estado em três poderes que, num sistema de equilíbrio de poder, o contra balança é o um dos principais, senão o principal, estudo das relações entre o executivo e o legislativo. A análise de tal relação é particularmente relevante visto que, vivemos em um país cujo sistema de governo, é o presidencialismo, e tem recebido inúmeras críticas, seja pelos impasses entre legislativo e o executivo que o sistema acarretaria na visão de muitos autores, seja por causa da preponderância do executivo sobre o legislativo por conta das suas faculdades legislativas. Na questão da harmonia, e o respeito entre o poder de um Estado, Montesquieu na sua obra “O Espírito das Leis” (2000) mencionou que o despotismo era a maior ameaça individual à liberdade dos cidadãos, e que a república corria o risco de degenerar no despotismo, a menos que fosse regulada por uma constituição.

O estudo da divisão das atividades e prerrogativas estatais, ainda que não especificamente na forma de uma divisão tripartite de poderes, tal qual a adotada nas repúblicas democráticas contemporâneas, remonta a autores muito anteriores a Montesquieu. Podemos encontrar no pensamento do grego Aristóteles e no dos romanos Políbio e Cícero uma preocupação com o tema, não obstante, de caráter embrionário e limitado, no entanto, na modernidade, Thomas Hobbes, John Locke e James Harrington influenciaram o trabalho de Montesquieu e serviram como subsídio ao desenvolvimento da obra mais conhecida do autor. De fato, é através do “Espírito das Leis” que emerge a noção da repartição do poder estatal entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Para Montesquieu (2000), a inexistência de tal separação, ou seja, a reunião na mesma pessoa ou grupo de mais de um poder, prejudicaria a existência de liberdade no Estado.

Assim, a manutenção da separação funcional de um poder em relação aos demais acabaria por garantir, num sistema político, o controle de cada um sobre os excessos cometidos pelos outros, equilibrando-se as respectivas forças naquilo que ficaria conhecido, a partir de sua evolução, como um sistema de freios e

contrapesos, ou *checks and balances*. No entanto, cabe salientar que a existência desse controle mútuo não garante um sistema democrático. Harrison Ross (1995) bem lembra que Montesquieu, ao tratar do sistema de freios na Inglaterra, o percebia como eficiente apenas enquanto garantia de proteção contra a constituição não democrática vigente no período.

Mas, como se dá a relação entre Executivo e Legislativo nas democracias contemporâneas? Para Arend Lijphart (1989), o modelo majoritário de democracia está correlacionado com um predomínio do Executivo; por outro lado, nos escassos exemplos de democracias consensuais, a relação tenderia a ser mais equilibrada. Esta e outras deduções que Lijphart faz a partir da sua análise possibilitam uma maior facilidade analítica, mas não diminuem a complexidade da realidade, de modo que existem muitos casos desviando-se das regras gerais.

Um exemplo dessa complexidade é a influência que a forma de governo adotada pelo país considerado, o parlamentarismo ou o presidencialismo, exerce sobre o tipo de relacionamento que se estabelece entre Executivo e Legislativo, ainda que seja necessário cuidado com a análise de casos particulares. Além disso, diferentes graus de concentração de poder são possíveis dependendo dos arranjos institucionais do país e do resultado eleitoral, de modo que a relação do executivo com o legislativo é influenciada tanto por fatores estruturais quanto pela conjuntura política que se revela na preferência dos pleitos. Alfred Stepan (1990) afirma que, pode-se caracterizar parlamentarismo e presidencialismo da seguinte forma, relacionando com sua dependência recíproca ou independência quanto à legitimidade; sistema parlamentarista é um sistema de dependência mútua. Quer dizer: nele, o Poder Legislativo tem a capacidade de dar um voto de não-confiança ao governo e, ainda, o poder executivo tem a capacidade de dissolver o Congresso e convocar eleições. O sistema presidencialista é um sistema de independência mútua. Quer dizer: nele, o poder legislativo tem um mandato fixo e próprio, e o poder executivo tem seu mandato fixo e próprio. Isso implica que ambos os poderes têm sua própria fonte de legitimidade e independência.

Em suma, a relação do executivo com o legislativo apresenta-se em formas variadas, de modo que diferentes aspectos relacionados com o arcabouço político-institucional do país estudado acabam por influenciar tais interações, ora aproximando-se de um equilíbrio e, em outros momentos, dando maior poder a um dos ramos; no caso dos regimes presidencialistas, ao Executivo.

A América Latina, de modo geral, adota regimes presidencialistas e as relações entre executivo e legislativo nesses governos tem sido um importante objeto de análise na literatura dominante, as análises têm procurado demonstrar a existência de inconsistências importantes nesses regimes, que resultariam, entre outros problemas, no imobilismo. Tal condição decorreria das possíveis situações de impasse às quais esses regimes estariam sujeitos em virtude do modo como se estabelecem as relações entre o executivo e o legislativo. Assim, a realidade sócio-política do continente latino americano e do Amapá pode ser considerada como problemática em razão do regime presidencialista.

### 3.1 A RELAÇÃO DA MÍDIA E O EXECUTIVO/LEGISLATIVO DO AMAPÁ

O campo político se constitui como uma disputa pela imposição de uma visão de mundo, de princípios e de valores, incluindo tanto aqueles de ordem material como aqueles outros que se referem ao capital simbólico, ou seja, aos recursos e poderes que se manifestam para conferir reconhecimento, prestígio e autoridade através da utilização de processos de significação. O capital político é, deste modo, uma forma de capital simbólico enquanto espécie de crédito firmado na no ato de crer que tem seu reconhecimento, em inúmeras operações de crédito que estão ou são conferidas, na investidura do poder que lhes são dados para o exercer da sua função (BOURDIEU, 2009).

As relações entre os agentes das instituições políticas, bem como os vários desdobramentos destas relações sobre o campo político e social são marcadas por processos de mediação nos quais a dimensão simbólica assume um status de grande relevância. A consolidação dos entrelaçamentos entre a política e a mídia associa-se ao contexto de reconhecimento por parte do campo político deste papel do simbólico, inclusive como forma de ampliar a efetividade do próprio poder político. Segundo Thompson (1998), o poder como a capacidade de agir para alcançar objetivos e interesses, bem como de intervir no curso dos acontecimentos tem o aumento do seu grau definido pela maior possibilidade do uso de recursos e, para isso, deve contar com a articulação não apenas com o poder coercitivo, mas, sobretudo, com o poder cultural ou simbólico, como decorrente da produção, transmissão e recepção dos significados das formas simbólicas.

É a partir da segunda metade do século XX que houve uma crescente interação, entre os campos políticos e midiáticos e o seu grau de especialização resultou, dentre outros fatores, as transformações sociais que redefiniram o fazer político que, com a redemocratização, passa a contar de modo menos intenso com os mecanismos coercitivos mecânicos tradicionais. Dessa forma, parece ficar mais evidente a expectativa crescente de que a política, em sua dimensão ampla, se constituísse, sobretudo, quando o poder ultrapassa a imposição do mando que recorre exclusivamente à força para incorporar a partilha social de crenças sobre a legitimidade das relações de dominação.

A midiaticização da política começa a se dar de forma sistemática no Amapá, já no momento em que o governo buscava a sua popularização e legitimação através de campanhas publicitárias sobre o PDSA, elaboradas de modo sutil, na busca da consolidação do poder. A percepção do papel que assume a utilização dos recursos simbólicos com finalidade de agregar novos valores à política amplia a complexidade da reflexão sobre a própria política, pois passa a se constituir também como uma conjunção de “[...] argumentações, performances, discursos, produções múltiplas de sentidos, simpatias, sensibilizações, emoções; como atos, ritos, encenações, espetáculos” (RUBIM, 2000, p. 69).

### 3.2 OS ESCÂNDALOS E A RELAÇÃO DA POLÍTICA COM A MÍDIA

O envolvimento entre Mídia e Política no Amapá é inegável, ambas mobilizam e encantam, e geralmente tudo o que encanta, acaba gerando polêmicas. Assim, encontramos hoje um panorama social no qual esses envolvimento são cada vez mais permeados por relações comunicacionais que, em determinado momento, são perpassados pela mídia, promovendo assim novas formas de interação social, onde as esferas da vida social e individual se reorganizam em função da lógica midiática, que a tempo deixou de ser coadjuvante para efetivamente fazer parte do cotidiano.

Assim, os mais diversos campos sociais passaram a ser afetado pelas formas representativas da mídia, e, certamente, o campo político não é uma exceção. Diante de tal, a disposição do campo político e da mídia provoca uma série de peculiaridades, tensões e paradoxos, capazes de gerar inúmeras possibilidades

de estudos e aprendizados. Essa relação passa a ser entendida teoricamente como sendo “[...] ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformarem a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 2009, p. 164). Assim, o campo político abordado é formado, portanto, pelas instituições políticas, pelos políticos que ocupam posições nestas instituições, pelos partidos que disputam o poder político. É o lugar que gera concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (BOURDIEU, 2009). Bourdieu, em seu livro “O poder simbólico” (2009), nos propõe considerar este campo como um modo de pensar, um espaço estruturado e estruturante, com relações de força, posições em jogo e regras para esse jogo, imanentes e internalizadas. O reconhecimento destas lógicas pelos agentes do campo e da própria forma de operabilidade deste constitui o habitus, uma disposição incorporada, uma lógica própria das práticas de legitimação do campo e de quem a ele pertence.

Quando se passa a ocupar um cargo público, tem-se então acesso ao poder político, e não é apenas esse poder que está em jogo neste campo. A conquista de um mandato, nas democracias representativas como a brasileira, está vinculada a um processo eletivo. Esse processo eleitoral viabiliza a representação política, e a disputa no campo ocorre também por tudo o que possa proporcionar a escolha de um candidato por um público, aumentando, dessa maneira, o capital político deste agente. Dessa maneira, a luta entre os atores políticos assume “[...] a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos” (BOURDIEU, 2009, p.174). Temos, portanto, o entendimento da política no sentido de política institucional.

No campo da mídia, Rodrigues (1997) apresenta que a esfera da comunicação pode ser considerada como um campo cujo princípio legitimador é a própria mediação entre os demais campos sociais, de tal forma que o campo midiático possui a característica de atravessar os diversos campos sociais, condicioná-los e adequá-los às suas formas expressivas e representativas. O campo midiático, na atualidade, é onde estariam alocadas as diversas instituições midiáticas e empresas de comunicação, tendo como principais atores os jornalistas.

Para fazermos uma leitura das disputas por poder simbólico, no caso dos escândalos aqui estudado é preciso uma breve explicação sobre o conceito de campo, aplicado ao jornalismo. Um campo é um espaço estruturado, em que há dominantes e dominados; e relações de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço, que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças (BOURDIEU, 1989, p.57). Nas disputas dentro de um campo o que conta são os pesos relativos de seus diversos agentes. Há em primeiro a constituição de um modelo social de esfera de visibilidade legitimadora do campo midiático. Mudada a infra-estrutura da comunicação para a política, parece natural que tal alteração tenha sobrevivido significativamente sobre o funcionamento da política provocando alterações em suas habilidades e suas competências. Essa mudança é mais evidente, quando consideramos a política narrada, exibida e comentada pela mídia. Trata-se obviamente de uma política apropriada pelos recursos de expressão da comunicação, tratada como objeto dos seus sistemas de recolhimento, seleção e edição.

Hodiernamente, a visibilidade passou a ser mediada e, por isso, foi redimensionada. Os atores políticos tornaram-se visíveis a um público massivo, estabelecendo-se um acesso diário entre governados e governantes, que praticamente não existia. Essa nova forma de interação e o redimensionamento da visibilidade provocam mudanças nas práticas políticas. A própria constituição de uma esfera pública contemporânea está vinculada à visibilidade midiática; a cena pública é o espaço privilegiado de circulação das opiniões públicas; a constituição do próprio capital político dos atores políticos, que fica vinculado à conformação de uma imagem pública, também tem na zona de visibilidade midiática um locus fundamental.

À busca por temas que possam despertar interesse da população e aumentar audiência e lucro traz consigo crises políticas na contemporaneidade, onde temos como exemplo o suicídio do Presidente Getúlio Dornelles Vargas em 1954, ou o *impeachment* de Fernando Collor em 1992, e mesmo crises mais atuais, como o caso da Lava Jato que certamente, se enquadram nas características aqui identificadas.

A informação invadida por essa lógica do entretenimento pode causar severos danos à vida política, uma vez que, dentro dessa lógica, o cidadão pode

passar a ser visto como mero espectador e não como um personagem participante que pode influenciar os processos decisórios.

Os escândalos políticos são fatos que têm enorme potencial para se transformarem em narrativas jornalísticas, pois seus desdobramentos podem durar um longo período de tempo, e possuem um grande potencial de conflito, pois os envolvidos terão que se defender dos acusadores, opositores e convencer a opinião pública e, ainda, trazer à tona segredos de bastidores que antes eram guardados como importantes pelos envolvidos. Sem falar no valor-notícia infração, a violação e transgressão das regras, que está no cerne do escândalo político como notícia (TRAQUINA, 2005, p.85).

O escândalo é um ato que envolve uma transgressão moral capaz de suscitar uma resposta pública. Escândalos políticos são ofensas morais mais particularizadas por envolverem indivíduos que atuam dentro do campo político (THOMPSON, 2002, p.239). Grande parte das narrativas contém um fundo moral. Além disso, a própria estrutura narrativa é que faz com que os escândalos políticos midiáticos sejam acompanhados com interesse pela audiência. Os escândalos políticos envolvem indivíduos ou ações que estão situados dentro de um campo político (BORDIEU, 1989) e que tem impacto nas relações desse campo. Portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de desdobramentos posteriores.

#### 4 O INTERACIONISMO SIMBOLICO E A APRENDIZAGEM SOCIAL

De acordo com o interacionismo simbólico, os seres humanos agem em relação ao mundo segundo significados que este próprio mundo lhe oferece. Esses significados surgem a partir da interação social com os demais indivíduos e são manipulados por um processo interpretativo da pessoa que se relacione com eles. O interacionismo simbólico defende que o significado é formado através do processo de interação humana, ou seja, são produtos sociais. “Para um indivíduo, o significado de um elemento nasce da maneira como outras pessoas agem em relação a si no tocante ao elemento” (BLUMER, 1980, p.121).

Outros estudos tendem a analisar tipos de comportamento como algo resultante de fatores desencadeadores, tanto de ordem psicológica como sociológica. Estabelece-se então uma relação direta entre fatores e comportamentos, onde o significado dos elementos em relação aos quais o homem age são desconsiderados ou reduzidos a vínculos neutros entre eles. Para o interacionismo simbólico, os significados são parte fundamental para a formação do comportamento, e logo, para a nossa análise achamos pertinente verificar o perfil de cada ator envolvido no conflito entre os poderes Executivo e Legislativo.

De um lado representando o Poder Executivo, João Alberto Rodrigues Capiberibe nasceu em Afuá (PA) no dia 6 de maio de 1947, mudou-se junto com seus pais para o Amapá na década de 1950, cursou o primeiro e o segundo graus em Macapá. Em 1968, já envolvido com os movimentos estudantil e de assistência social comunitária da Igreja Católica, transferiu-se para Minas Gerais e iniciou um curso de economia na cidade de Itaúna. Nesse período filiou-se à Aliança Libertadora Nacional (ALN), organização clandestina de esquerda liderada por Carlos Marighella. Ao participar de uma missão da ALN em Belém a fim de arregimentar militantes para atividades guerrilheiras, foi preso em 1970, juntamente com a mulher, Janete Capiberibe, e recolhido ao Presídio São José. Janete, por estar grávida, foi libertada.

No ano seguinte conseguiu fugir disfarçado de médico da Santa Casa de Belém, onde fora internado por recomendação médica. Deixou o porto de Belém com a mulher e a filha recém-nascida numa pequena embarcação, subindo o rio Amazonas com destino à Bolívia. Depois de permanecer algum tempo naquele país

e no Peru, foi para o Chile durante o governo socialista de Salvador Allende (1970-1973), passando a viver como camponês. Com a derrubada de Allende por um golpe militar comandado pelo general Augusto Pinochet em setembro de 1973, foi para o Canadá com a ajuda da Cruz Vermelha, e lá graduou-se em Zootecnia.

Por intermédio de uma organização internacional de ajuda a exilados políticos, foi depois contratado para trabalhar em Moçambique. Retornou ao Brasil em 1979, favorecido pela anistia decretada em agosto daquele ano. Sem chance de conseguir trabalho, transferiu-se para Pernambuco, contando com o apoio do também ex-exilado político Miguel Arrais. Em 1982 retornou ao Amapá e candidatou-se a deputado federal na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas não foi eleito.

Convidado pelo governador eleito do Acre, Nabor Júnior (1983-1987), assumiu a Subsecretaria de Agricultura daquele Estado, passando a residir em Cruzeiro do Sul (AC). Em 1986 retornou ao Amapá, tornando-se Secretário de Agricultura do governo de Jorge Nova da Costa (1985-1990). Em 1988 fundou o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Amapá e nessa legenda disputou a prefeitura de Macapá, enquanto Janete Capiberibe concorria a uma cadeira de vereadora. Ambos foram eleitos. Em outubro de 1994, candidatou-se ao governo do Amapá vencendo o primeiro turno com 48,2% dos votos, e no segundo turno, disputado em 15 de novembro foi eleito governador do Amapá.

Tomou posse em 1º de janeiro de 1995 e já no início do governo fez uma auditoria em todas as obras estaduais envolvendo empreiteiras que tinham contribuído financeiramente para sua campanha eleitoral, argumentando que era uma boa forma de mostrar que não existia “compromisso entre compra de bônus eleitoral e administração pública”. Em abril de 1995 fez uma exposição no centro de convenções do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae) sobre a corrupção durante a administração de Anníbal Barcellos, cujas perdas descobertas chegavam a 20% do orçamento do Estado naquele ano. Em julho seguinte, a coligação que o elegera foi praticamente desfeita, devido ao rompimento do PT e do PDT com o governo estadual. A crise teve origem na Assembleia Legislativa, onde a coligação, com apenas três dos 17 deputados estaduais, não conseguia aprovar os projetos apresentados pelo governo.

Em setembro de 1997, o Banco do Estado do Amapá (Banap) foi liquidado pelo Banco Central em virtude de um golpe aplicado pelo empresário Ricardo Saad

Filho, mentor de uma operação fraudulenta de lançamento de títulos do Banap no exterior. Com isso, Capiberibe ficou numa situação delicada, pois o governo estadual não sabia como pagar os quase 20 mil funcionários públicos do Estado. Indignado com a liquidação do banco, considerou-a um “ato muito mais político do que qualquer outra coisa”, afirmando que o Banco Central poderia ter optado pela intervenção e, juntamente com o governo estadual, promovido uma investigação das irregularidades.

Do outro lado representando o Poder Legislativo, o deputado Fran Soares do Nascimento Júnior com uma trajetória política conturbada e controversa e suspeitas de envolvimento em malfeitorias. Por exemplo, em pleno exercício do mandato, e ocupando a presidência da AL, o então deputado pelo PMDB sofreu um processo temporário de *impeachment*. Em sessão extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2000, 18 dos 24 deputados resolveram afastá-lo por 30 dias para apuração de supostas irregularidades administrativas. De acordo com testemunhos da época, Fran Júnior fora acusado de utilizar dinheiro público na construção de uma pista de pouso em sua fazenda particular, paga com cheques nominais à AL, e de ter dilapidado mais de R\$ 33 milhões, fruto dos repasses do governo do Estado, de fevereiro a dezembro de 1999. Além de R\$ 5,7 milhões creditados pelo governo na conta da AL, em janeiro de 2000.

Achamos conveniente fazer uma pequena leitura biográfica dos dois principais envolvidos neste trabalho, para podermos fazer conexão com a obra “O Poder Simbólico” de Bourdieu (2009), que proporciona verificar como se expressa a relação do *habitus*, com base na apropriação de capital simbólico a partir dos capitais social, cultural e econômico. Por meio dos estudos realizados para identificar nos sistemas de disposições características das diversas classes e frações de classes, Bourdieu demonstra, ao longo do seu livro, que o gosto classifica e diferencia aquele que procede à classificação, ou seja, os sujeitos sociais diferenciam-se pelos gostos e hábitos que eles praticam, e pelo intermédio destas práticas, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações sociais objetivas. Bourdieu (2007) entende esse conceito como as práticas vivenciadas no passado que se reflete no presente, cujo alimento e projeção de sua continuidade no futuro persiste de acordo com seus pressupostos. Comporta, em sua expressão, um sistema de disposições que abrange as estratégias e as práticas sociais pelas quais a ordem social se materializa, tornando-a significativa e evidente

à medida que essas disposições são incorporadas e interiorizadas mediante um processo de interação social e em um contexto constituído historicamente.

Nesse viés o interacionismo simbólico vê o uso do significado, não apenas como a reprodução ou aplicação de significados já existentes, mas acredita que esse uso é feito a partir de um processo de interpretação. Esse processo consiste em duas etapas; a primeira o indivíduo especifica para si mesmo quais os elementos que possuem significado para ele, estabelece-se uma comunicação ou interação do indivíduo com ele mesmo. Na segunda, o indivíduo transforma significados de acordo com a situação em que se encontra e a direção de seus atos. Desse modo, a interpretação é um processo formativo, onde significados são utilizados para orientar e formar ações. Esse interacionismo preocupa-se com o empenho dos seres humanos em agir enquanto indivíduos, interagindo entre si nas diversas situações, que acaba por constituir a sociedade humana. Essa interação é responsável pela formação do comportamento. Ao interagir entre si, os homens estabelecem uma relação de expectativa em relação à ação do outro pelo fato de conseguirem se colocar no lugar dele. Essa relação faz com que ambos adaptem suas linhas de ação um em relação ao outro, possibilitando uma partilha de valores.

George Herbert Mead identifica duas formas de interação social na sociedade: a “conversação dos gestos” (interação não-simbólica) e o “uso de símbolos significantes” (interação simbólica). A interação não simbólica diz respeito ao processo associativo, onde o homem reage irrefletidamente à ação do outro. Já a interação simbólica refere-se à apresentação de gestos, a interpretação e reação a eles. Nesse tipo de interação o gesto possui significado tanto para quem o realiza quanto para quem reage a ele. Segundo Mead, o gesto possui uma natureza triádica: indica qual deve ser a reação da pessoa a quem está sendo destinado, a intenção de quem realizou o gesto e significa a ação como um todo, articulando os atos de ambos.

A coexistência grupal humana representa um complexo processo de definição recíproca sobre como proceder e de interpretação das mesmas; através desse sistema os seres humanos vêm a adaptar suas atividades uns aos outros e formar sua própria conduta pessoal (BLUMER, 1980, p.127).

Para a coexistência, os indivíduos adaptam uns às linhas de ação dos outros, originando uma ação conjunta, composta por diferentes atos, mas diferente e

independe deles. A ação conjunta sempre passa por um processo de formação, mesmo que aconteça de forma repetitiva e constante, ela sempre passa por um processo de reelaboração.

#### 4.1 A COGNIÇÃO SOCIAL

Para a análise aqui proposta partimos de uma leitura da psicologia denominada Teoria Social Cognitiva, elaborada por Albert Bandura, que no processo de formulação teórica contou com vários colaboradores na realização de seus estudos empíricos. Teoria resultante de uma extensa trajetória de estudos e investigação, a Teoria Social Cognitiva coloca-se como um corpo teórico enraizado no campo da aprendizagem social e constitui-se hoje em um referencial explicativo para a ação e desenvolvimento humanos (BANDURA, 1986).

Bandura desenvolveu um corpo teórico que se revelou, combinado com conhecimentos de outras áreas, uma possibilidade de contribuição pela melhoria das condições vividas pelos povos mundo afora. Para situar os conceitos teóricos que envolvem a contribuição desta visão, e os fatos descritos neste trabalho, vamos começar discutindo a ideia de agência humana proposta pela teoria aqui privilegiada. Evidentemente não vamos discorrer em profundidade sobre os processos postulados pela teoria, mas precisaremos deixar anunciados alguns conceitos importantes que nos ajudam a pensar o tema aqui trabalhado. A Teoria Social Cognitiva é fundada na perspectiva de agência, como diz Bandura (2001). Essa teoria propõe um modelo explicativo para o funcionamento humano que se desenha pelo determinismo recíproco no qual comportamento, fatores pessoais e o ambiente operam interagindo como determinantes que se influenciam bidirecionalmente e que no conjunto formam o triângulo comportamento, fatores pessoais e ambiente (BANDURA e JOURDEN, 1991; BANDURA, 1986).

No modelo de causalção recíproca as pessoas têm possibilidade de exercer algum controle sobre seus destinos, mas a determinação comportamental é probabilística já que a maior parte do comportamento é co-determinado por muitos fatores que operam interativamente (BANDURA, 1997). A perspectiva de indivíduo agente postula que o indivíduo tem possibilidade de desenvolver sua capacidade de exercitar controle sobre a natureza e qualidade de suas vidas. Nesse sentido, as

peças são vistas como agentes ativos que exercitam alguma influência sobre sua própria motivação e ação (BANDURA, 2001). As peças são auto-organizativas, pró-ativas, autorreflexivas e autorreguladoras.

Nesta perspectiva, o indivíduo, por conta das capacidades básicas humanas (simbolização, antecipação, autorreflexão, autorregulação), possui um sistema autorreferente que o possibilita agir intencionalmente em direção a fins específicos, elaborar planos de ação, antecipar possíveis resultados, avaliar e replanejar cursos de ação (BANDURA, 2001). Nessa linha, a Teoria Social Cognitiva distingue entre capacidades humanas básicas e como a cultura modela estas potencialidades em formas diversas nos diferentes contextos culturais (BANDURA, 2001). Somos possuidores de um conjunto de capacidades básicas que nos permite diferenciarmos no e pelo contato com a cultura em que estamos inseridos.

O autodesenvolvimento, adaptação e mudança são enraizados em sistemas sociais e a agência pessoal opera dentro de uma rede de influências sócio-estruturais. Nestas transações agênticas, as peças são produto e produtoras dos sistemas sociais, a agência pessoal e a estrutura social operam como co-determinantes de uma mesma estrutura causal (BANDURA, 2001). Portanto, a visão de homem na Teoria Social Cognitiva é a de um indivíduo que se constitui inserido em sistemas sociais e é por meio das trocas com este meio social que a adaptação e mudança ocorrem.

Outro importante conceito é o de modelação, o processo de aprendizagem por exposição a modelos. Destacamos que a modelação não quer dizer mimetismo de resposta, mas sim uma modalidade de aprendizagem com função instrutiva, em que modelos funcionam como transmissores de conhecimento, valores, habilidades etc. (BANDURA, 2002). Por esta perspectiva, a natureza humana é caracterizada pela vasta potencialidade que pode ser moldada pela experiência direta e observacional em uma variedade de formas dentro de limites biológicos (BANDURA, 1986). A auto-eficácia, é outro construto importante da teoria, refere-se às crenças de alguém em sua capacidade em organizar e executar cursos de ação requeridos para produzir certas realizações (BANDURA, 1997). A auto-eficácia percebida ocupa um papel central na Teoria Social Cognitiva porque age sobre as outras classes de determinantes (BANDURA, 1997), ela analisa as mudanças de desenvolvimento percebida em termos de desenvolvimento da agência humana durante a vida. Quando visto numa perspectiva de curso de vida, os caminhos que

esta toma são moldados pela interação de diversas influências em sociedades em constante mutação. As crenças de eficácia são desenvolvidas e alteradas pelas experiências de domínio diretas, pelas experiências vicárias, avaliações sociais feitas por pessoas significativas e mudanças nos estados fisiológicos. As crenças de eficácia participam da regulação de todos os tipos de ações, inclusive quando elas tornam-se padrões habituais rotineiros (BANDURA,1997).

Uma coisa é adquirir habilidades, outra coisa é saber usá-las de maneira efetiva em circunstâncias complicadas. Competência humana requer não apenas habilidade, mas também autoconfiança em suas próprias capacidades para usá-las adequadamente. Influências de modelação precisam, desta maneira, ser desenvolvidas para construir auto-eficácia além de apenas transmitir conhecimentos e regras de comportamento (BANDURA, 2001).

Bandura (2006b) destaca que avanços nas formas de comunicação vêm desempenhando papel nas transformações das ideias, valores e formas de comportamento e que os recursos advindos do uso do rádio, internet e sistemas de vídeo em tempos de transmissão de satélites têm promovido mudanças em como as pessoas comunicam-se, educam, trabalham, relacionam-se e lidam com o cotidiano - a modelação simbólica usualmente funciona como mensageira de inovações para áreas amplamente dispersas. Este alcance que a associação da Teoria Social Cognitiva com a mídia possibilitou concretamente nos últimos anos foi colocado a serviço de transformações sociais.

Pelas poucas informações conceituais aqui anunciadas é possível perceber que, segundo visão sócio-cognitiva de Bandura, é por meio de processo de modelação que as pessoas adquirem seus padrões comportamentais culturais, incluídos aí as crenças e os valores que os indivíduos vão incorporando em decorrência de seu contínuo processo de interação com o ambiente. Ainda que brevemente, os poucos conceitos aqui apresentados puderam mostrar que apenas sua formulação explicativa não mobiliza elementos suficientes para transformar-se em recurso de transformação social em prol de uma sociedade mais justa. Conhecimentos de outras áreas são alinhados para configurar uma real possibilidade de mudança. É sobre esta nova parceria que falaremos a seguir.

## 4.2 A TEORIA SOCIAL COGNITIVA NO PROCESSO DE MUDANÇA SOCIAL

Ancoramos o que já foi dito sobre a Teoria Social Cognitiva e as notícias veiculadas em 2000, para entendermos a intervenção dos fatos aqui trabalhados, e a sua difusão, causando uma mudança social. Em seguida veremos no relato de Bandura a contribuição de sua abordagem teórica neste processo de mudança, iniciando com sua fala sobre a forma como sua visão teórica analisa a difusão social. A Teoria Social Cognitiva analisa a difusão social de novos padrões de comportamento em termos de três processos constituintes e fatores psicossociais que os governam. Estes incluem a aquisição de conhecimento sobre comportamentos inovadores, a adoção destes comportamentos na prática e os sistemas sociais que os suportam e pelos quais eles se difundem (BANDURA, 2001).

Partindo desta perspectiva, esta abordagem teórica vem colaborando com o desenvolvimento de programas de amplo alcance populacional em que haja um processo intencional de oferecimento de recursos que possibilitem que as pessoas apropriem-se de informações e estratégias que potencialmente as direcionam à transição para uma condição de maior emancipação. O desenho dos dramas aqui referenciados foi estruturado a partir da articulação de três componentes: o modelo teórico da Teoria Social Cognitiva que especifica os determinantes psicossociais para mudança e os mecanismos pelos quais eles produzem seus efeitos, um modelo de tradução e implementação dos postulados teóricos em um modelo operativo criativo e um modelo de difusão social que promove a adoção de programas psicossociais nos diversos cenários.

O modelo de tradução e implementação usado neste exemplo foi coordenado por Miguel Sabido e o de difusão social contou com parceria entre a Population Communications Internacional (PCI) e a Population Media Center (PMC), ambas organizações não governamentais que trabalham pelo bem-estar das populações e pela defesa dos direitos humanos.

Utilizaremos para exemplificar os possíveis desdobramentos dos escândalos noticiados em 2000 através da mídia, o drama presente nas novelas trazendo diferença comuns na medida em que são desenhados para informar, capacitar, guiar e motivar as pessoas para efetivarem mudanças em suas vidas. As dramatizações

promovem assistência às pessoas oferecendo caminhos onde encontrar suporte no ambiente (Bandura, 2002).

Um poder especial da modelação psicológica é o alcance que ela tem quando se usa meios de comunicação como rádio, TV, internet etc. Pessoas de localidades distantes e muito diferentes são expostas a padrões de comportamento inusitados para aquela comunidade, efeitos de uma lógica que nos iguala e dilui nossas diferenças. Por outro lado, também podemos, e devemos, usar a mesma lógica explicativa para trabalharmos em direções políticas mais justas e menos excludentes do que a de achar que todo processo inovador é bom para todos os povos, a qualquer tempo (BANDURA, 2006). Nesta direção, Bandura (2000) não deixa de mencionar que qualquer intervenção que se utilize de comunicação de massa para promover mudanças pessoais ou sociais tem raízes éticas e que avaliações sobre ética dependem de quem seleciona as mudanças a serem produzidas, os agentes da mudança, os meios usados etc. No caso dos dramas aqui em evidência ele destaca que as escolhas sobre quais mudanças empreender não foram feitas por estrangeiros em busca de interesse próprio. Ao contrário, e ainda segundo o autor, os dramas só foram criados a partir de pedidos locais de ajuda nos temas abordados em cada país. Além disto, estudos preliminares foram feitos para o devido conhecimento de formas de organização, valores culturais e práticas assumidas pelos diversos grupos, trabalhos sempre feito com equipes locais. Mais, as dramatizações foram baseadas nos valores humanos declarados e sancionados pela Organização das Nações Unidas (BANDURA, 2002). A partir do texto de 2002 e de informações disponíveis nos sites da PCI e PCM1 podemos anunciar alguns exemplos no Brasil dos dramas construídos e veiculados a partir da integração dos três modelos anteriormente relatados.

A partir dos enunciados em Bandura (2006) podemos verificar que, em quatro novelas brasileiras veiculadas pela Rede Globo, os temas da saúde sexual e reprodutiva, sexualidade e relações de gênero foram abordadas em vários capítulos das seguintes novelas: *Malhação*, *Agora é que são elas*, *Mulheres Apaixonadas* e *Anjo Mau*. Lembrando que as novelas brasileiras costumam ser traduzidas e transmitidas em outros países aumentando, assim, o alcance das informações veiculadas. Também se verifica no site da PCI a descrição detalhada sobre a inserção feita na novela *Páginas da Vida*, veiculada entre setembro de 2006 e março de 2007, centenas de cenas sobre saúde reprodutiva, relações de gênero e outros

temas que foram veiculados durante a novela. Segundo as manchetes sobre os estudos de acompanhamento realizados durante sua veiculação, ficamos sabendo que 83,3% das mulheres entrevistadas, de um total de 474, assistiam à novela pelo menos duas vezes por semana (41,35% o faziam diariamente). Entre elas 65,4% informaram que passariam a 'tomar mais cuidado' para evitar gravidez indesejada.

Não vamos elencar todos os países, temas e programas realizados, mas para dar ao leitor uma ideia do trabalho que vem sendo realizado, tomemos a informação do PCI: Trabalhando com os profissionais de mídia, alcançou a marca de mais de 242 produções, incluindo séries dramáticas no rádio e na TV, gibis, documentários e anúncios do serviço público atingindo centenas de milhares de pessoas em 27 países pelo mundo (PCI, 2009).

Não é novidade para ninguém o papel que a mídia exerce sobre nossas formas de ver e atuar no mundo e que estudos monitoram e desenham formas de contribuir com mudanças de valores e crenças das pessoas. Não é novidade também que conhecimentos da psicologia sempre estiveram presentes nos espaços midiáticos, e nem sempre em programas que buscam criar condições favoráveis à emancipação, autonomia e plena cidadania das pessoas.

Interessa destacar aqui novamente a ideia de agência pessoal, que podemos marcar que a condição de sujeito, sujeito constituído em tecido social e marcado pelos valores e práticas culturais que o circundam, condições alargadas pela mídia, em direção emancipadora ou não do indivíduo. Se tomarmos em conta que a possibilidade de contato com mais de uma forma de olhar o mundo é contexto que oferece caminhos de escolha, então precisamos defender acesso à mídia para todos os grupos sociais, em um movimento que seja democrático e marcado pelo respeito à diferença, sem violação de direitos. Os exemplos e argumentos anteriormente apresentados permitem reafirmar que o conhecimento psicológico vem sendo apropriado pelo campo da comunicação e que é preciso enfrentar criticamente este uso, de maneira que os esforços oriundos da ciência psicológica sejam postos a serviço da emancipação de todos; tarefa que pressupõe o acesso democrático aos veículos de comunicação.

Não se teve a pretensão de detalhar e esgotar todas as contribuições que a perspectiva teórica aqui privilegiada oferece, nem mesmo as possibilidades de diálogo que podem ser estabelecidas com ela; mas sim, procurou-se iniciar um diálogo entre os conhecimentos produzidos por esta abordagem frente aos desafios

que a realidade social demanda como contribuição da ciência. Incentivamos aqui a abertura de campo para outras reflexões que articulem a Teoria Social Cognitiva com as temáticas da contemporaneidade.

## CONCLUSÃO

Foi observado ao longo deste trabalho que a ideologia presente nos discursos dos representantes dos poderes, a representação social como parte integrante dos atores e dos grupos em conflitos, e o imaginário construído a partir do exercício do poder na objetivação de fazer valer o que se busca, possuem em sua constituição elementos que ultrapassam o discurso racional, um caráter figurativo e simbólico e função cognitiva e social semelhante aos mitos e religiões. Pode-se considerar que o simbólico ou representação é um elemento presente que constitui o humano podendo ser dividida em dois campos, do imaginário e da representação semiótica.

Nesta concepção, o símbolo é vivencial, polissêmico, liga-se a imagens, remete a um significado invisível e não passível de ser traduzido em palavras, ele é a melhor expressão possível de algo relativamente desconhecido enquanto o signo possui significado convencional, unívoco e opera com experiências definidas e discurso lógico e racional.

Destarte, com base na análise sociológica ora realizada, buscamos mostrar que a corrupção como parte do contexto ora trabalhado, não foi praticada somente de maneira individual, com base em desvios de conduta próprios aos homens que se encontram no poder, apesar do *habitus* e outros elementos serem integradores da forma como cada um agiu, mas que as práticas corruptas do sistema político alcançam uma dimensão sistêmica, à medida que abarcam todo um sistema social e trazem interferências intersistêmicas impróprias. O objetivo principal neste trabalho é pensar à corrupção em um universo mais alargado tem o seu desdobramento funestos e na aprendizagem social a sua reprodução constante.

Nessa configuração das relações de poder e dinheiro, os quais permitem apreender a prática da corrupção no contexto da ordem política, em função de sua conotação potencial. Com estas asserções, espero aqui não naturalizar o conceito de corrupção, nem cair na armadilha do relativismo cultural, o qual pode justificar a corrupção em relação aos valores de certa sociedade.

## REFERENCIAS

ABIRACHED, Juliana; FLESCHE, Cecília; KAMINSKI, Letícia; RIBEIRO, Cristina. **Triunfo da mentira**: Um projeto político fundamentado em mentiras, farsas e supostas verdades. Revista Eclética: julho e dezembro, 2005. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/7%20-20triunfo%20da%20mentira.pdf>>. Acesso 27 ago 2016.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofando, introdução à filosofia**. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo – SP: Editora Moderna, 1993.

ARISTÓTELES, Política. Intr., trad. y notas de M. García Valdés. Rev.: M.<sup>a</sup> L. Inchausti Gallarzagóitia. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 1995.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. Einaudi. vol. 5. (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BANDURA, A. (1986). **Social foundations of thought and action: A social cognitive theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

BANDURA, A. (1997). **Self-efficacy: The exercise of control**. New York: Freeman.

Bandura, A. (2001). **Social cognitive theory of mass communications**. In J. Bryant, & D. Zillman (eds.). *Media effects: Advances in theory and research*, (2ª ed.): (pp. 121-153). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

BANDURA, A. (2002). **Environmental sustainability by sociocognitive deceleration of population growth**. In P. Schmuck, & W. Schultz (eds.). *The psychology of sustainable development* (pp. 209- 238). Dordrecht, the Netherlands: Kluwer.

BANDURA, A. (2006). Going global with social cognitive theory: From prospect to paydirt. In S. I. Donaldson, D. E. Berger, & K. Pezdek (eds.). **The rise of applied psychology: New frontiers and rewarding careers** (pp. 53-70). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

BANDURA, A. (2006). **On integrating social cognitive and social diffusion theories**. In A. Singhal, & J. Dearing (eds.). *Communication of innovations: A journey with Ev Rogers*. Beverly Hills: Sage Publications.

BALANDIER, G. **1974 Anthro-po-logiques**. Presses Universitaires de France, Paris. Bercé, Y.-M.

BALANDIER, G. **1974a Histoire des Croquants**. Etude des soulèvements populaires du XVIII<sup>e</sup> siècle dans le Sud-Quest de la France, Droz, Geneve.

BALANDIER, G 1974b (org.) **Croquants et Nu-pieds**. Let soulevements paysans en France du XV<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> siècle, Gallimard, Paris.

BEZERRA, Paulo. **Polifonia**. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 191-200.

BLOCH, M. **1924 Les rois thaumaturges**: étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre, Istra, Strasbourg. Bourdieu, P., e Passeron, J.-C.

BLOCH, M. **1970 La reproduction, éléments d'une théorie du système d'enseignement**, Minit, Paris (trad. port. Vega, Lisboa 1978).

BLUMER, H. **A natureza do interacionismo simbólico**. In: MORTENSEN, Charles (Org.) Teoria da Comunicação: textos básicos. SP: Mosaico, 1980.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOBBIO, Norberto (1989), «**Estado**», in Enciclopédia Einaudi, vol. 14, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 215-275.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**.- 12<sup>o</sup> ed – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

CAPIBERIBE, João Alberto. **A vanguarda de um pensamento**: Depoimento [22 de abril de 2012]. Entrevista concedida a Simone Maria de Jesus. In: OLIVEIRA, Augusto, JESUS, Simone Maria de (Org). Museu Sacaca: Um museu de grandes novidades. Macapá: IEPA, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual**. In: MACHADO, Ida Lucia.; MELLO, Renato de. Gêneros: reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: FAL/UFMG, 2004. p. 32-51.

\_\_\_\_\_. **Les stéréotypes, c'est bien**. Les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, Henri (Direc.). Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène. Tome 4. Langue(s), discours. Actes du Colloque International de Montpellier. Université de Montpellier, juin, 2006.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER. **História das ideias políticas**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DOURADO, Emerson da Silva. **Leis draconianas**. Publicado em 10 de January de 2013 por Emerson da Silva Dourado. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/leis-draconianas/102433/>>. Acesso 19 mar 2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3 ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Versão em PDF. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/microfisica.pdf>>. Acesso 08 abr 2016.

Foucault, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Culege de France. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GEBARA, Ademir; LUCENA, Ricardo de F. **O poder e cotidiano**: breve discussão sobre o poder para Norbert Elias. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR - TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO, nov. 2005, Ponta Grossa, PR, Brasil. Disponível em: <[http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd\\_Simpósio/artigos.html](http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simpósio/artigos.html)>. Acesso em: 19 jan 2007.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIJPHART, Arend. **As democracias contemporâneas**. Lisboa: Gradiva, 1989.

\_\_\_\_\_. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JODELET, D. **La representación social**: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicología social*. Paris: Press Universitaires de France, 1984, pp. 31-61.

Jornal Diário do Amapá. Disponível em: <<http://www.edicoes.diariodoamapa.com.br/2017/mar/25/files/assets/basic-html/page-1.html>>. Edição de 29/04/2000, acesso.

MALINOWSKI, B. 1967 **La construction de l'imaginaire**, Bessart, Bruxelles. MARX, Karl. 1852 *Der Achtzehnte Brumaire des Louis-Napoleon*, in *Die Revolution*. Eine Zeitschrift in zwangslosen Heftena, I (trad. port. Estampa, Lisboa 1976).

MALINOWSKI, Jocemar; SILVA, Sinicley da. **Felicidade**: o bem supremo, no livro i da obra: ética a Nicômaco de Aristóteles. Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/069e4.pdf> >. Acesso 09 set 2016.

MARX, Karl. 1867 **Das Kapital**, livro 1, Meissner, Hamburg (trad. it. Einaudi, Torino 1975).

MARX Karl. 1945. **Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Edições Horizonte.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Aristóteles**. Por Alexsandro M. Medeiros lattes.cnpq.br/6947356140810110; postado em 2015. <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-ntiga/aristoteles/>. Disponível em:< <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-antiga/aristoteles/> >. Acesso 19 mar 2017.

MILGRAM, S. (1974). **Obedience to authority**: An experimental view. Harpercollins.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **On social representation**. In: FORGAS, J. P. (ed.). Social cognition. London: Academic Press, 1981, p. 181.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos ou como filosofar a marteladas**. Tradução de Carlos Antonio Braga. São Paulo: Escala, 2005.

CLÈVE, Clémerson Merlin. **Atividade legislativa Poder Executivo**. Ed. 2ª, São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2000.

PAPINEAU, David. **Filosofia**: grandes pensadores, principais fundamentos e escolas filosóficas. Trad. Maria da Anunciação Rodrigues e Eliana Rocha; revisão técnica da edição brasileira de Olgária Matos. São Paulo: Publifolha, 2009.

PCI. **Population institute**. Disponível em: <http://www.population.org/programs.shtml>. Acesso em 12 abr. 2009.

REIS, Fábio. **Corrupção, cultura e ideologia**. In: AVRITZER, L et al. (orgs.).Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

ROCHA, Sebastião Bala. **Pronunciamento de Sebastião Bala Rocha em 13/06/2000**. Senado Federal. Disponível em:< <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/312098>>. Acesso 15 abril.

SALLAS, Ana Luiza F. **Os estabelecidos e os outsiders**. Resenha do livro. Campos: revista de antropologia social. Vol 1. UFPR, 2001. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/viewPDFInterstitial/1561/1309>. Acesso em: 07 fev 2007.

STEPAN, Alfred. **Parlamentarismo x presidencialismo no mundo moderno**: revisão de um debate atual. Estudos Avançados. São Paulo, v. 4., n. 8., jan.- abr., 1990.

STIRLING, Paul. (1968) – **Impartiality and personal morality** (Italy). In: PERISTIANY, J. Contribution to Mediterranean sociology. Paris, Mouton, p. 49-64, 1968.

TEIXEIRA, Carla. **A honra da política**: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

TEIXEIRA, João de Fernandes. **Mente, cérebro e cognição**. 4ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. 6a edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. V. I. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.